

# Política de erradicação do trabalho infantil em Mossoró – RN<sup>1</sup>

Policy for the eradication of child labor in Mossoró – RN

Política de erradicación del trabajo infantil en Mossoró – RN

Politique d'éradication du travail des enfants à Mossoró – RN

*Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira Morais\**  
*Maria de Nazaré de Oliveira Fraga\*\**

**Resumo:** Entre as muitas iniciativas do Estado brasileiro para amparar crianças e adolescentes que trabalham precocemente está o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Objetivamos avaliar o PETI de Mossoró-RN quanto à sua efetividade e às melhorias nas condições de vida das famílias assistidas. Em 2008 foi aplicado um formulário e realizadas entrevistas de aprofundamento com os responsáveis por crianças e adolescentes vinculadas ao programa há quatro anos ou mais. Constatamos que a maioria dos responsáveis trabalhou quando criança, vindo de famílias numerosas, de origem rural, migrantes e com apreço a valores como honestidade e retidão. As crianças e jovens ainda trabalham. Depois da inserção no PETI, o perfil das famílias e os modos de convívio e de sociabilidade delas com suas crianças e jovens sofreram apenas mudanças discretas.

**Palavras chave:** crianças, adolescentes, famílias, trabalho infantil, avaliação.

**Abstract:** Among the many initiatives of the Brazilian State to support children and adolescents who work prematurely is the program for the Eradication of Child Labor – (PETI) - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. We aimed to evaluate the PETI of Mossoro-RN Brazil as for its effectiveness and the improvements in the life's conditions of the assisted families. In 2008 was applied a form and interviews of deepening with those responsible for children and adolescents linked to the program for four years or more. We have noticed that the most of responsible worked in their childhood, coming from large families, peasant origin, migrants and with appreciation to the values as honesty and righteousness. Children and young people still are working. After insertion in the PETI, the profile of the families and the manners of coexistence and sociability with their children and young people has endured only discreet changes.

**Key words:** children, adolescents, families, child labor, evaluation.

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir da Dissertação de Mestrado da primeira autora.

\* Assistente social, mestre em avaliação de políticas públicas pela Universidade Federal do Ceará. Gestora Municipal de Assistência Social de Mossoró-RN. E-mail: fernanda.kallyne@terra.com.br

\*\* Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC (Mapp). E-mail: mnofraga@ufc.br.

**Introdução** Uma das causas da incorporação de crianças e adolescentes pelo mercado de trabalho tem sido a precarização das relações de trabalho, aliada à noção de trabalho infantil como valor ético e moral, "formativo", "escola da vida", que torna o homem "mais digno", algo como prevenção à marginalidade.

O trabalho quase nunca é considerado um deformador da infância. Apesar disso, as longas jornadas de trabalho, as ferramentas, os utensílios e o próprio maquinário inadequado à idade comprometem o desenvolvimento sadio de crianças e elevam o índice de mortalidade, conforme atestam relatos ao longo da história (CUT, 1994).

É necessário fazer a ressalva de que, no meio rural, o trabalho de crianças, no seio da família, é algo que faz parte da educação para o trabalho e não tem a conotação de exploração da mão de obra de um indivíduo em formação para a vida.

No Brasil, em décadas recentes, têm aumentado os esforços para assegurar que as crianças permaneçam na escola pelo menos até os 14 anos e para que não trabalhem até esta idade.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI foi lançado oficialmente pelo Governo Federal em maio de 1996 em Mato Grosso do Sul. O PETI é um programa de transferência direta de recursos federais para famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, adicionado à oferta de ações socioeducativas e de convivência, manutenção da criança/adolescente na escola e em articulação com os demais serviços da rede de proteção básica e especial. Anuncia-se, como seu propósito, erradicar todas as formas de trabalho infantil, em um processo de resgate da cidadania (BRASIL, 2002).

De acordo com as diretrizes do PETI em âmbito nacional, cada família só pode permanecer no Programa pelo prazo máximo de quatro anos. Ao final

desse período devem ter sido realizados investimentos em programas de geração de trabalho e renda para que alcancem a emancipação. Ressalte-se que a proposta da OIT era erradicar o trabalho infantil nos países de terceiro mundo até 2003, o que até o presente momento ainda não ocorreu.

O programa vem progressivamente ampliando sua cobertura, embora caibam pesquisas e análises aprofundadas nos mais diversos municípios sobre em que medida o programa atinge o propósito acima referido.

Mossoró é um município economicamente ativo e atrativo do estado do Rio Grande do Norte, tanto pelas riquezas naturais quanto por sua localização privilegiada. Além de estar situado entre duas capitais (Fortaleza-CE e Natal-RN), também se localiza a pouca distância de algumas praias potiguares. É um dos maiores produtores de petróleo da Região Nordeste e tem um parque salinero respeitável. Tem uma população de 226.975 habitantes (IBGE, 2007).

O PETI de Mossoró foi implantado em novembro de 1999, incorporando crianças e adolescentes de outro projeto existente à época e que foi desativado porque as ações anteriormente executadas estavam em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2000). Vale salientar que, no decorrer desta pesquisa, foram identificadas diversas famílias com mais de quatro anos de vinculação ao programa, indicando que sua emancipação não havia ocorrido.

Vale salientar que, em 2006, o Rio Grande do Norte possuía a segunda menor taxa de atividade (57,8%) e de nível de ocupação do Nordeste, superando apenas Alagoas (taxa de atividade igual a 56,6% e nível de ocupação 51,4%) (PNAD, 2006).

O objetivo da presente pesquisa foi avaliar o PETI de Mossoró-RN-Brasil quanto à melhoria nas condições de vida das famílias que têm crianças e adolescentes assistidas.

---

---

## Metodologia

---

---

O projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará e a coleta de dados ocorreu no período de março a agosto de 2008.

Foi aplicado um formulário em dois momentos distintos e realizadas entrevistas de aprofundamento. O formulário foi aplicado pela primeira vez para captar nos cadastros das famílias as informações correspondentes às suas condições de vida ao ingressar no PETI.

No início da coleta de dados nos cadastros, fizemos a separação das famílias assistidas pelo programa há quatro anos ou mais e obtivemos 429 famílias nessa condição. Dentre elas, havia 67 famílias com histórico de trabalho infantil.

Embora as demais famílias fossem assistidas pelo PETI, não foram selecionadas para a pesquisa porque suas crianças não tinham histórico de trabalho infantil, já que o programa também tem como foco a prevenção do trabalho nessa faixa etária.

A partir das 67 famílias identificadas, retiramos uma amostra de 40% desse novo universo, o que correspondeu a 30 famílias. O formulário foi aplicado novamente com estas famílias, tendo como respondentes os responsáveis pelas crianças, para verificar a ocorrência ou não de mudança no perfil das mesmas.

Mediante análise preliminar dos dados colhidos, foi possível estratificar as 30 famílias em três categorias: as que melhoraram de condição de vida (15), as que pioraram (oito) e as que permaneceram no mesmo patamar que tinham quando ingressaram no PETI (sete).

Para a aplicação das entrevistas de aprofundamento, calculamos nova amostra de 40%, o que correspondeu a 14 famílias. Para a nova etapa, as famílias foram escolhidas intencionalmente de modo que entre elas estivessem repre-

sentadas as três variáveis acima e também a origem urbana e rural. A entrevista de aprofundamento buscou informações sobre sociabilidade, percepção das famílias sobre trabalho infantil e planos para o futuro.

Os dados qualitativos foram abordados pelo método da análise do discurso e analisados com base nos marcos regulatórios vigentes e em autores que discutem e teorizam o trabalho infantil e suas interfaces. Os dados quantitativos foram submetidos a tratamento descritivo, usando frequência absoluta e relativa. Houve tratamento estatístico específico para determinar o desvio padrão e o coeficiente de variação para algumas variáveis.

---

---

## Análise do Perfil das famílias

---

---

Os responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no município de Mossoró são majoritariamente do sexo feminino (96,6%) e pessoas jovens. A afirmação assenta-se no fato de que 23,3% deles tinham entre 28 e 31 anos, 33,4% tinham entre 31 e 41 anos, 10% tinham entre 41 e 51 anos, 30% tinham entre 51 e 61 anos e apenas 3,3% tinham 61 ou mais anos.

No período em que ingressaram no programa, 50% dos responsáveis tinham alguma ocupação, mas por ocasião da realização da pesquisa 73,3% deles estavam fora do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Dos que se encontravam trabalhando, 6,6% eram assalariados e 23,4% autônomos. O aumento do percentual de responsáveis sem ocupação é um indicador de que o PETI não tem conseguido propiciar a emancipação das famílias assistidas.

Tanto no ingresso no programa quanto por ocasião da pesquisa todas as famílias tinham dependentes na faixa etária de sete a 14 anos de idade. Por ocasião do ingresso no PETI, 60% dos responsáveis tinham sob sua responsabili-

dade apenas os filhos, 6,6% apenas sobrinhos, 13,4% apenas netos, 6,6% responderam que tinham filhos e netos, e 13,4% filhos e sobrinhos. Já durante a pesquisa, 63,3% tinham sob sua responsabilidade apenas filhos, 13,5% apenas netos, 6,6% filhos e netos e 16,6% filhos e sobrinhos. Portanto, houve pouca modificação no aspecto de parentesco das crianças e adolescentes cuidados pelas famílias, sendo que por ocasião da pesquisa, em 36,7% das famílias as pessoas cuidam, além dos próprios filhos, também de sobrinhos e netos.

Ao ingressarem no PETI, 50% das famílias tinham uma criança e/ou adolescente em situação de trabalho, 30% tinham duas crianças e/ou adolescentes e 20% tinham três crianças e adolescentes nessa situação. Dessas crianças e adolescentes que desenvolviam alguma atividade, 19,6% eram pedintes, 27,5% catadores de lixo, 5,8% engraxates, 4% entregadores, 11,7% vendedores ambulantes, 11,7% agricultores, 2% limpadores de galinha, 2% babás, 11,7% pastadores de carro, 2% eram domésticas e 2% marceneiros. Durante a pesquisa, 66,6% dos responsáveis afirmaram que suas crianças e adolescentes não estavam mais trabalhando, 13,4% que ainda tinham uma criança e/ou adolescente desenvolvendo alguma atividade e 20% que tinham duas crianças e/ou adolescentes nessa situação. Vale ressaltar que se manteve quase sem alteração o tipo de atividade que era desenvolvida anteriormente, embora tenha diminuído o número dos que continuavam trabalhando.

O trabalho infantil contribui para que no futuro as crianças tenham mais dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Como afirmam Kassouf (1999), Ilahi, Orazem, Sedlacek (2000) e Emerson e Souza (2003), quanto mais jovem o indivíduo começar a trabalhar, menor é o seu salário na fase adulta da vida, e esta redução é atribuída, em grande parte, à perda dos anos de escolaridade devido ao trabalho na infância.

Quanto à remuneração das crianças e adolescentes antes de ingressarem no PETI,

60% dos responsáveis afirmaram que elas não recebiam qualquer remuneração pelas atividades que realizavam, 10% que recebiam até R\$ 10,00, 23,4% que recebiam de R\$ 10,00 a 20,00, 3,3% que recebiam de R\$ 20,00 a 30,00 e outros 3,3% que recebiam de R\$ 60,00 a 70,00. Por ocasião da pesquisa, 68,9% dos responsáveis afirmaram que as crianças e adolescentes que continuavam trabalhando não recebiam remuneração, 12,5% responderam que recebiam até R\$ 10,00, 6,2% que recebiam de R\$ 20,00 a 30,00, 6,2% que recebiam de R\$ 40,00 a 50,00 e outros 6,2% que recebiam de R\$ 50,00 a 60,00.

Tais valores confirmam o pensamento de Emerson e Souza (2003), ou seja, o trabalho infantil não é valorizado. Entre outras razões, por ser executado por uma criança que não tem condições nem qualificação para realizar o que lhe é exigido, e ainda porque os adultos que recorrem a esses artifícios não respeitam os direitos desse grupo etário, que estão previstos nos marcos legais em vigor.

Quando ingressaram no PETI, 90% das famílias informaram que seus filhos estudavam, 6,5% informaram que tinham duas crianças e/ou adolescentes fora da escola e 3,5% que tinham três crianças e/ou adolescentes fora da escola. Por ocasião da pesquisa, esses percentuais haviam mudado para 83,5%, 10% e 6,5% respectivamente. Portanto, depois do ingresso no PETI, ao invés de diminuir, aumentou o percentual de crianças ou adolescentes que não frequentavam a escola, indicando claramente que, nessa dimensão, o programa não estava sendo bem-sucedido.

A educação é uma variável de extrema importância para a análise das condições de vida das famílias, uma vez que há relação entre educação e nível salarial. Segundo Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004) uma política pública para elevação dos salários reais deve passar pela melhor qualificação dos trabalhadores, já que apenas a criação de leis que garantam benefícios trabalhistas não é suficiente para atingir tal meta.

TABELA 1  
DESPESA E RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS VINCULADAS AO PETI DE MOSSORÓ ANTES E DEPOIS DA ENTRADA NO PROGRAMA

Rendimentos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão	CV% (1)
Renda familiar mensal antes	30	0,00	650,00	234,33	130,04	55,5%
Renda familiar mensal depois	30	94,00	815,00	392,83	169,39	43,1%
Despesa mensal das famílias antes	30	78,00	315,00	193,95	54,57	28,1%
Despesa mensal das famílias depois	30	95,00	727,40	340,81	156,71	46,0%

Nota: (1) Coeficiente de Variação  
Fonte: Pesquisa realizada em 2008 com as famílias vinculadas ao PETI de Mossoró.

A despeito de ser proibido, o trabalho infantil continua ocorrendo. Em geral, crianças e adolescentes realizam tarefas e responsabilidades próprias de adultos, como acima referido, em troca de baixos salários, sem o pagamento de direitos previdenciários e trabalhistas. Isso fomenta o desemprego e tende a perpetuar o sistema de exploração e pobreza, de difícil rompimento.

A tabela acima mostra que a renda mensal das famílias antes do ingresso no PETI variou de zero a R\$ 650,00, sendo a média correspondente a R\$ 234,33. Por sua vez, depois do ingresso, essa renda variou de R\$ 94,00 a R\$ 815,00, com uma renda média de R\$ 392,83, indicando um aumento de 68,1%. Observa-se também

que a renda familiar mensal, depois da implantação do programa PETI, apresentou resultados menos heterogêneos, conforme resultados detectados pelo coeficiente de variação de 43,1%, inferior aos 55,5% antes da implantação do programa.

Os resultados mostram também que a despesa mensal das famílias antes do ingresso no PETI variou de R\$ 78,00 a R\$ 315,00, sendo a média dessa despesa correspondente a R\$193,95. Já depois do ingresso essa despesa variou de R\$ 95,00 a R\$ 727,40, com média correspondente a R\$ 340,81. Isso significa que a despesa mensal das famílias melhorou em 75,7%.

Podemos observar na tabela 2 que houve aumento nos gastos mensais das

TABELA 2  
DESPESA MENSAL DAS FAMÍLIAS ANTES E DEPOIS DA ENTRADA NO PETI COM ÁGUA, ALIMENTAÇÃO, ALUGUEL, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS, PRESTAÇÃO DA CASA PRÓPRIA, TRANSPORTE E OUTROS GASTOS.

Itens de despesa	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão	CV% (1)
Água (antes)	20	2,00	140,00	20,1000	29,29	145,7%
Água (depois)	20	3,00	60,00	19,4750	15,29	78,5%
Alimentação (antes)	28	25,00	200,00	127,5000	49,95	39,2%
Alimentação (depois)	29	60,00	600,00	244,4828	122,32	50,0%
Aluguel de casa (antes)	5	30,00	110,00	80,0000	31,62	39,5%
Aluguel de casa (depois)	5	25,00	130,00	81,0000	43,07	53,2%
Energia elétrica (antes)	27	2,00	52,00	20,4815	14,70	71,8%
Energia elétrica (depois)	28	5,00	80,00	32,5357	19,59	60,2%
Gás de cozinha (antes)	26	12,50	32,00	25,6731	5,25	20,4%
Gás de cozinha (depois)	25	31,00	66,00	35,4000	9,24	26,1%
Outros gastos (antes)	4	10,00	100,00	42,0000	40,37	96,1%
Outros gastos (depois)	4	15,00	100,00	61,2500	37,05	60,5%
Prestação da casa própria (antes)	2	80,00	130,00	105,0000	35,36	33,7%
Prestação da casa própria (depois)	2	100,00	250,00	175,0000	106,07	60,6%
Transporte (antes)	3	18,00	50,00	31,3333	16,65	53,1%
Transporte (depois)	1	24,00	24,00	24,0000	-	-

Nota: (1) Coeficiente de Variação  
Fonte: Pesquisa realizada em 2008 com as famílias vinculadas ao PETI de Mossoró.

famílias nos itens: alimentação (91,8%), aluguel (1,3%), gás de cozinha (37,9%), energia elétrica (58,9%) e prestação da casa própria (66,7%). Houve redução nos gastos com água (3,1%), transporte (23,4%) e outros (45,8%). Por outro lado, as famílias beneficiadas com programas de transferência de renda são contempladas com abatimento na conta de energia elétrica, mediante declaração fornecida pelo próprio programa. Ou seja, o que anteriormente aparecia de forma tímida, agora aparece figurando como melhoria nas condições de vida das famílias.

Sobre a redução com outros gastos, como roupas e remédios, cabem algumas considerações. É importante destacar que, nos anos recentes, estão mais estruturados programas de redução de custos dos remédios e também tem havido a distribuição gratuita de medicamentos essenciais (para diabetes, hipertensão arterial, hanseníase, tuberculose e outros) nos postos de saúde. Também deve ser levado em consideração que, quando aumenta a renda, algumas despesas vão perdendo seu peso relativo, porque a composição total das despesas também sofre alterações e vai ganhando novos itens. Além disso, se a pessoa ganha muito mais, não vai passar a comer muito mais. Ela pode ter acesso a alguns alimentos mais caros, de melhor qualidade, mas é pouco provável que passe a comer exageradamente por causa disso.

No que se refere à moradia, inicialmente, das trinta famílias, vinte eram pro-

prietárias da habitação, seis residiam em casa alugada e quatro em casa cedida. Ao fim da pesquisa, 22 famílias eram proprietárias, cinco moravam em casa alugada e três em casa cedida. Portanto, houve melhoria das condições de vida das famílias no quesito propriedade da habitação.

No momento do ingresso no PETI, 25 dos responsáveis pelas famílias moravam com os respectivos cônjuges e filhos, dois ainda moravam com os genitores e os próprios filhos, uma família morava a mãe e os filhos e duas moravam apenas com os filhos. Posteriormente 25 continuavam morando com os respectivos cônjuges e filhos, um com os genitores e filhos e quatro moravam só com os filhos.

O fato de todas as crianças e adolescentes continuarem residindo com figuras parentais, indica o esforço dos pais ou responsáveis por evitar uma maior desestruturação. Também foi baixo o percentual (3,3%) de famílias em que homens eram os responsáveis pela família sem a presença da mãe ou madrasta e em três famílias encontramos a figura dos avós no núcleo familiar. Sendo assim, nesta pesquisa não se confirmou o número de 52,9% dos arranjos familiares monoparentais (sem a presença do outro cônjuge) em que a mulher é a pessoa de referência (IBGE, 2007) ou em que os idosos contribuem decisivamente com a renda familiar (IBGE, 2006).

Segundo a Tabela 03, as famílias adquiriram razoável número de bicicletas e de eletrodomésticos. Todas elas pas-

TABELA 3

POSSE DE UTENSÍLIOS E OUTROS EQUIPAMENTOS PELAS FAMÍLIAS VINCULADAS AO PETI DE MOSSORÓ ANTES E DEPOIS DA ENTRADA NO PROGRAMA

<b>Equipamentos</b>	<b>Nº</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
Refrigerador	30	20	28
Telefone	30	02	08
TV	30	18	27
Bicicleta	30	12	28
Som	30	03	14
Máquina de Costura	30	-	03
Liquidificador	30	08	14
Rádio	30	10	16
Outros equipamentos	30	19	29

Fonte: Pesquisa realizada em 2008 com as famílias vinculadas ao PETI de Mossoró.

saram a possuir mais refrigeradores, telefones, televisores, bicicletas, aparelhos de som, liquidificador e rádio. Inicialmente, nenhuma família possuía máquina de costura e, após a entrada no PETI três delas adquiriram esse bem durável.

Vale salientar que 11 famílias não possuíam qualquer outro bem além dos acima citados, 19 famílias só possuíam um bem a mais. Das 11 famílias, uma continuava sem ter adquirido outros bens e das demais, seis adquiriram mais um equipamento, uma adquiriu mais dois; duas famílias adquiriram mais três equipamentos e uma adquiriu mais cinco equipamentos. Das 19 que já tinham outros utensílios e equipamentos, duas continuaram na mesma situação, 14 fizeram uma aquisição, duas fizeram mais duas aquisições e uma família adquiriu mais quatro bens.

A despeito de ter aumentado o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho, o conjunto dos dados permite-nos afirmar que houve mudanças positivas no perfil das famílias, melhorando suas condições de vida, desde que elas foram integradas ao PETI. Houve crescimento da renda familiar e, por conseguinte, diminuiu a pobreza e a extrema pobreza. Como mostra pesquisa do IPEA (2007), a diferença da queda recente nos níveis de pobreza em relação aos episódios anteriores não é a magnitude da queda, mas sua origem.

Segundo Rocha (2003), há alguns pontos relevantes nos anos recentes. O primeiro relacionado com a redução no grau de desigualdade que representa um instrumento extremamente efetivo no combate à pobreza, mesmo em períodos de pouco ou nenhum crescimento. Revertendo-se o raciocínio, pode-se também considerar o elevado impacto sobre a pobreza gerado pela recente redução na desigualdade como um indicador da magnitude e relevância desta última.

Em relação à composição das famílias de origem das pessoas responsáveis pelas crianças e adolescentes que foram entrevistadas, encontramos uma maioria de famílias que eram numerosas e com núcleo familiar tradicional composto por pai, mãe e irmãos. Isso era esperado, já que por ocasião da pesquisa essas pessoas hoje tinham entre trinta e 63 anos e, quando eram crianças, as famílias brasileiras eram maiores, bem como tinham, mais do que hoje, uma composição tradicional.

É importante ressaltar que as falas das pessoas responsáveis pelas crianças assistidas pelo PETI sobre a composição de suas famílias de origem estiveram muito entremeadas por histórias de perdas precoces do pai, da mãe, separações e migrações.

Embora duas pessoas tenham negado a ocorrência de mudanças, a maioria delas falou de perdas importantes relacionadas à morte ou abandono por parte da mãe ou do pai, à ocorrência de separação entre os pais e à migração repetida. Outras duas fizeram referência a terem trabalhado desde cedo, sendo que, para uma, isso teve conotação positiva e para a outra, de sofrimento.

Mesmo assim, na vida recente, essas pessoas, de alguma forma, fugiram a uma maior desagregação familiar, pois têm lares relativamente estruturados, como já vimos na composição das famílias que formaram. Este é um dado importante pois, como se sabe, os fatos e relações experimentados na infância são marcantes para a formação da personalidade dos indivíduos e as pessoas tendem a repetir na vida adulta e nas suas relações o mesmo padrão que viveram naquele período (Oliveira et al., 2005).

As migrações frequentemente se desdobram em perda de laços familiares e de valores anteriores, além da ocorrência de desestruturação familiar (Santos, 2005). Ao se deslocarem de zonas rurais para centros urbanos, é pouco comum que as pessoas alcancem o que almejam.

Isso ficou constatado pelo precário padrão de vida das famílias estudadas. No caso delas, também pesa negativamente na possibilidade de obterem realizações a baixa escolaridade e a falta de qualificação para trabalhos de características mais urbanas e menos instáveis e penosos do que a ocupação como engraxates, flanelinhas, pedintes, vendedor ambulante, dentre outros.

Os responsáveis entrevistados consideraram a união entre os membros de suas famílias de origem uma grata lembrança, mas dissabores também foram relatados como a proibição de estudar, o trabalho precoce, a firme e até exagerada autoridade dos pais e o convívio com o alcoolismo.

O fato de os responsáveis terem trabalhado quando ainda eram crianças foi percebido pelos entrevistados de modo ambivalente, aparecendo nos discursos ora como positivo, ora como negativo à condição de crianças que tinham. O trabalho que realizavam à época foi considerado negativo por não poderem estudar e não lhes sobrar tempo para as brincadeiras próprias de criança. O lado positivo desse mesmo trabalho esteve associado à ideia de aprendizagem válida para a vida e que trabalhar é melhor do que estar sendo (ou fazendo) algo de ruim.

Nos discursos de 14 responsáveis entrevistados, foi enfatizado que antigamente havia mais respeito pelos pais. Há um grande apreço à escola e sentimento de ambivalência em relação à autoridade dos pais que é percebida como desejável, mas excessiva.

A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelham nos pais e estes devem desenvolver cumplicidade com os filhos, de tal forma que em seu interior as máscaras devem dar lugar à face transparente e sem disfarces. Portanto, diálogo não tem preço (Chalita, 2001).

Algumas pessoas afirmaram que a educação que receberam dos pais foi

boa, sendo que sete delas verbalizaram que gostariam de ter recebido outro tipo de educação. Argumentaram que a educação que lhes foi passada, em geral, esteve intimamente associada à submissão. A quase inexistência de escolas ou a impossibilidade de frequentá-las lhes fez muita falta.

Ficou claro, durante a pesquisa, que há diferenças marcantes no tipo de relação e sociabilidade entre as famílias de origem e as famílias constituídas pelas pessoas entrevistadas. Os responsáveis pelas famílias destacaram que educar as crianças e jovens de hoje é mais difícil do que antigamente. Segundo eles, sua autoridade é questionada pelos dependentes, o que não ocorria em relação à autoridade dos pais quando eram crianças. Também fizeram referências à influência hoje exercida pela televisão e pelos apelos de consumo, entre outros.

A maioria dos responsáveis pelas crianças e adolescentes ressaltou como maiores aprendizados durante sua própria infância: o valor da família e do trabalho, o respeito aos mais velhos, ser pessoas honestas, corretas e dignas. O discurso delas mostra que a aprendizagem se deu mais pela ação e pelo exemplo dos adultos do que pelo diálogo, o que era o padrão predominante na época em que os entrevistados eram crianças e adolescentes.

Para a maioria dos entrevistados (nove), as brincadeiras, mesmo que realizadas em tempo exíguo, são referências importantes em sua vida atual, porque remetem a boas lembranças e à inocência.

É certo que várias das pessoas entrevistadas tiveram uma infância comprometida pelo trabalho precoce, mesmo que em ambiente familiar e como parte de sua socialização, o que, com poucas exceções, foi lembrado como vivência negativa. Mas isso não foi suficiente para que algumas dessas pessoas evitassem que suas crianças e adolescentes repetissem o ciclo vicioso do trabalho infantil.

A gravidade da nova situação reside em algumas diferenças. O trabalho dos responsáveis durante a infância ocorreu predominantemente no âmbito familiar e desenvolvendo atividades domésticas, no próprio domicílio ou em outros, bem como atividades artesanais e na agricultura. Já seus dependentes que trabalhavam por ocasião da pesquisa estavam mais expostos à exploração e até mesmo comercialização, uma vez que, atuando fora do ambiente doméstico, não estavam sob os cuidados da família como antigamente.

As diferenças mais marcantes entre o cotidiano das famílias de origem dos responsáveis e o das crianças e adolescentes residem essencialmente no maior acesso à escola, nas atividades de lazer e brincadeiras e nas demandas desse grupo etário que já começa a incorporar o entendimento de que tem direitos que devem ser respeitados e necessidades específicas que devem ser atendidas.

Entre os responsáveis pelas famílias que foram entrevistados, sete se manifestaram favoráveis ao trabalho infantil, quatro admitiram que as crianças trabalhavam para ajudar na renda familiar, outros atribuíram à teimosia deles, ao fato de quererem ter o próprio dinheiro ou ainda por não terem com quem deixá-los enquanto saíam para trabalhar.

Confirmou-se, nesta pesquisa, o ciclo vicioso referido por Oliveira (1996), já que os adultos, mesmo referindo-se a certo sofrimento e uma sensação de infância perdida, tendem a entender o trabalho infantil como algo natural e até desejável, porque disciplina e até dignifica quem o realiza, bem como serve para passar experiência de pais para filhos.

Os planos que verbalizaram para o futuro de suas famílias foram modestos, e quase sempre se referiram aos filhos estudarem e terem um trabalho melhor quando adultos. Também manifestaram o desejo de que seus dependentes incorporem valores como honestidade e retidão. É compreensível que os planos

sejam pouco audaciosos, tendo em vista a ainda reinante pobreza no seio das famílias. Em geral, apenas quando necessidades fundamentais estão atendidas, é que outras mais complexas se apresentam como prioritárias.

Como na vida adulta têm convivido com a falta de trabalho, deles ou de outros adultos da família, experimentam as agruras da falta de inserção social que o desemprego proporciona e de uma autoestima diminuída. Essa é mais uma questão em aberto, já que o PETI tem, entre suas metas, que as famílias se emancipem, e a condição de extrema pobreza em que permanecem contraria isso.

---

---

## Conclusões

---

---

Da entrada no PETI até a realização da pesquisa decresceu o nível de emprego nas famílias e o percentual de filhos que estudavam e em 33,4% das famílias havia crianças ou adolescentes que ainda trabalhavam. Esses são indicadores de que o programa avaliado não foi bem-sucedido nessa dimensão.

A renda familiar mensal aumentou depois da inserção no PETI, bem como aumentaram as despesas. A despesa mensal com alimentação foi a que mais aumentou, mas houve variação para mais nas despesas com aluguel, gás de cozinha, energia elétrica e prestação da casa própria. Houve redução nos gastos com água, transporte e outros, atribuindo-se isto, parcialmente ao fato de que as famílias beneficiadas com programas de transferência de renda são contempladas com abatimento na conta de energia elétrica, mediante declaração fornecida pelo próprio programa.

Aumentou o número de famílias proprietárias da casa, diminuiu o número das que pagavam aluguel ou moravam em casa cedida, aumentou o número de casas de alvenaria e o número de cômodos. Também aumentou o número de eletrodomésticos e de outros bens como refrigeradores, liquidificadores, televiso-

res, aparelhos de som, telefones, máquinas de costura, bicicletas e rádios.

A união entre os membros da família de origem foi referida como uma grata lembrança, mas também foram relatados dissabores como a proibição de estudar, o trabalho precoce, a firme e até exagerada autoridade dos pais e o convívio com o alcoolismo. A convivência com a família de origem estava perpassada pelo trabalho, ora entendido como positivo, ora como negativo. Foi altamente valorizado o respeito que aprenderam cultivar em relação aos mais velhos e à escola. Houve ambivalência em relação à autoridade dos pais, percebida como desejável, mas excessiva.

Os relatos mostraram diferenças marcantes no tipo de relação e sociabilidade entre as famílias de origem e as famílias constituídas pelas pessoas entrevistadas. Os responsáveis ressentem-se da diluição de autoridade no ambiente doméstico e atribuem este fato à maior influência da televisão, dos amigos e aos

apelos que os jovens de hoje sofrem para enveredar pelo mundo das drogas.

O trabalho que eles desenvolveram durante a infância ocorreu predominantemente no âmbito familiar, no próprio domicílio ou em outros, bem como atividades artesanais e na agricultura. Já seus dependentes que trabalhavam fora do lar, estando, portanto, mais expostos à exploração.

Quase todos os entrevistados referiram-se a mudanças positivas relacionadas com o fato de receberem certa quantia que ajuda nas despesas. A ocorrência de mudanças de comportamento para melhor nas crianças e adolescentes não foi claramente constatada.

Os resultados permitiram concluir que, no município estudado, o PETI conseguiu melhorar as condições de vida das famílias assistidas com alguma diminuição da pobreza e da extrema pobreza. Como os efeitos são pontuais, essa política pública aproxima-se mais de uma medida paliativa, pois é apenas capaz de resolver determinadas situações de modo superficial.

### Referências bibliográficas

- BRASIL. *Estatuto da Criança e Adolescente*. Ministério da Justiça / Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Natal, 2000.
- BRASIL. *Manual de orientações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI*. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Brasília (DF): Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.
- CHALITA, G. B. I. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Gente, 2001.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Cláusula social e estratégias sindicais, in *Textos para debate, Secretaria de Relações Internacionais, CUT/CFDT, Revista n.º 4*, novembro, São Paulo, 1994.
- EMERSON, P.M, SOUZA, A. P. Is there a child labor trap? Inter-Generational Persistence of Child Labor in Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, Nashville(Tennessee), 51(2), pp. 375-398, mai 2003.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD), 2007.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio (PNAD), 2006.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2007.
- ILAHÍ, N., ORAZEM, P. F. e SEDLACEK, G. 2000. The implications of child labor for adult wages, income and poverty: retrospective evidence from Brazil. Disponível em: [http://www.grade.org.pe/eventos/nip\\_conference/private/sedlacek-%20child\\_labor%20retros.pdf](http://www.grade.org.pe/eventos/nip_conference/private/sedlacek-%20child_labor%20retros.pdf). Acesso em: 03 de abril de 2011.

- KASSOUF, A. L. Trabalho infantil no Brasil. 1999. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo(SP).
- MENEZES FILHO, N. A., MENDES, M., ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? *Rev. Bras. Econ. Rio de Janeiro*, 58(2), pp. 235-248, abr/jun 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 de abril de 2011.
- OLIVEIRA, D. C. A promoção da saúde da criança: análise das práticas cotidianas através do estudo de representações sociais. 1996. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo(SP).
- OLIVEIRA, D.C et al. A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 18(1), pp.125-133, 2005.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, M. A. M. A construção de um passado. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza, 5(2), pp. 281 – 299, set. 2005.

**Resumen:** Entre las muchas iniciativas del Estado brasileño para amparar niños y adolescentes que trabajen precozmente está el Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (Programa de Erradicação del Trabajo Infantil). Objetivamos evaluar el PETI de Mossoró-RN cuanto a su eficacia y las mejoras en las condiciones de vida de las familias ayudadas. En 2008 fue aplicado un formulario y realizadas entrevistas de profundidad con los responsables por niños y adolescentes vinculados al programa hace cuatro años o más. Constatamos que la mayoría de los responsables ha trabajado de pequeño, venidos de familias numerosas, de origen rural, y emigrantes y con aprecio a valores como honestidad y rectitud. Los niños y jóvenes trabajan todavía. Después de la inserción en el PETI, el perfil de las familias y los modos de convivencia y de sociabilidad de ellas con sus niños y jóvenes sufrieron solamente cambios discretos.

**Palabras clave:** niños, adolescentes, familias, trabajo infantil, evaluación.

**Resumé :** parmi plusieurs initiatives de l'État brésilien pour aider des enfants et des adolescents qui travaillent prématurément, il y a le Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (Programme d'Erradication du Travail des Enfants). Nous avons eu l'intention d'évaluer le PETI de Mossoró-RN quant à son efficacité et aux améliorations des conditions de vie des familles assistées. En 2008 a été appliqué un formulaire et des enquêtes d'approfondissement avec les responsables des enfants et adolescents aidés par le programme il y a plus de quatre ans. Nous avons constaté que la plupart des responsables ont travaillé quand ils étaient petits, venus de familles nombreuses, d'origine rurale, et migrants et avec appréciation à principes comme honnêteté et légalité. Les enfants et les jeunes travaillent encore. Après l'insertion au PETI le profil des familles et ses manières de convivialité et de sociabilité vers ses enfants et jeunes n'ont eu que des changements discretes.

**Mots-clés:** enfants; adolescents; familles; travail des enfants; évaluation.

